

Professor abandona radicalização

Terceira rodada de reuniões com o procurador-geral de Justiça faz categoria mudar o discurso

**DIRETORIA ESPERA
CHEGAR A UM
CONSENSO NA
ASSEMBLÉIA
MARCADA PARA
TERÇA-FEIRA**

DANIELLA CRONEMBERGER

A reunião entre o procurador-geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e a comissão de negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro), realizada ontem de manhã, aponta para a conciliação. Com os ânimos acalmados, os professores tiraram a radicalização da pauta e optaram por um discurso mais ameno. Além de debater suas reivindicações, o Sinpro se comprometeu a não realizar piquetes em escolas amanhã. O objetivo é não prejudicar as negociações e chegar a um consenso na assembléia

de terça-feira.

Muito diferente das reuniões anteriores, a de ontem foi marcada pelo clima amistoso. Na quinta-feira, Albuquerque chegou a ameaçar sair das negociações por causa da radicalização grevista. Durante o encontro, os sindicalistas frizaram a importância do Ministério Público na mediação das propostas. "O diálogo entre sindicato e governo melhorou bastante", disse o diretor do Sinpro, Marcos Pato. "Vamos solucionar a greve o mais rápido possível."

Foram adicionados à lista de reivindicações os pedidos de vale-transporte para professores com jornada diária de oito horas, o pagamento do Plano Bresser e a diminuição do desconto da Seguridade Social de 11% para 6%. Na segunda-feira, o procurador vai se reunir com o secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, e a secretária de Educação,



VALDIR MESSIAS

PROCURADOR Eduardo Albuquerque (D) ouviu dos diretores sobre importância do MP nas negociações

Eurídes Brito, para negociar os pedidos do sindicato. A decisão final está marcada para terça-feira, quando os profes-

sores se reúnem novamente em assembléia.

Sobre o tíquete-alimentação, o governo concordou em

fazer o pagamento apenas para os 600 professores que recebem salário de até R\$ 500. O sindicato aceitou a proposta,

mas quer que o tíquete seja pago, a partir de janeiro, também para quem ganha até R\$ 1.500. Em março, seria a vez de todos os professores receberem o adicional. "Acho difícil o governo aceitar isso porque iria causar grande impacto na folha de pagamento", avalia o procurador.

Albuquerque acredita que encontrará dificuldades na negociação com o governo devido à postura radical adotada pelo sindicato. "O governo tem razão em se sentir desconfortável", afirma. "O sindicato precisa saber que incontinência verbal resulta em prejuízo." O procurador se refere aos panfletos com ofensas ao governador Joaquim Roriz e à secretária de Educação, que estariam sendo distribuídos por professores nas assembléias. Marcos Pato criticou a atitude. "Não sabemos quem fez isso e não autorizamos ninguém a falar em nome do sindicato", frisou.